



## DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T10

Rio de Janeiro, 28 de Março de 2011 – A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (BM&FBovespa: TRNA11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados de 2010 e do quarto trimestre de 2010. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da CVM (“GAAP Brasileiro”).

### Teleconferência - Resultados 2010

Português

15:00h (Horário de Brasília)

**12:00h (Horário de Nova York)**

**Tel.: +55 11 3301 3000**

**Senha: TAESA**

**Replay: +55 11 3127 4999**

**Senha: 47864318**

Paulo Mota Henriques	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Contato RI	<a href="mailto:investor.relations@taesa.com.br">investor.relations@taesa.com.br</a>

### Sumário

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A apresentará neste *Release* os principais destaques, os resultados financeiros e os resultados operacionais do exercício 2010, detalhando os resultados do quarto trimestre. Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010 estão refletidos nas demonstrações financeiras os efeitos da aplicação do IFRS. Os resultados anuais serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato anterior, para permitir a comparação com o exercício de 2009. O resultado trimestral será apresentado apenas no formato anterior para embasar as explicações dos acontecimentos mais relevantes do trimestre.

### TAESA - PRINCIPAIS RESULTADOS FINANCEIROS

R\$ MM	Ajustes IFRS	Sem ajustes IFRS*		
	2010	2010	2009	Var
EBITDA	<b>696,4</b>	729,3	655,9	11%
Margem EBITDA	<b>87,2%</b>	89,6%	81,2%	8,4 pp
Lucro Líquido	<b>428,6</b>	369,1	287,8	28%
TRNA11	<b>30,51</b>	30,51	35,99	-15%
Valor de Mercado	<b>2.680</b>	2.680	3.161	-15%

\* resultados de 2009 estão apresentados considerando a reclassificação da subvenção fiscal



## Destaques 2010

Ao longo de 2010, a Companhia endereçou as ações de melhoria da eficiência operacional e a resolução de assuntos prioritários no plano societário e financeiro, sem deixar de lado sua vocação para o crescimento com agregação de valor. No primeiro semestre, a prioridade foi a realização da OPA, ao passo que no segundo semestre a Companhia focou seus esforços no alongamento do perfil da dívida e na reorganização societária. No plano externo, a Companhia continuou sua busca por ativos de qualidade no mercado de transmissão. Finalmente, em novembro, a Companhia recebeu da BM&FBovespa o deferimento do prazo para recomposição do percentual mínimo de ações em circulação.

Mai/10	OPA	Em leilão realizado no dia 06 de maio de 2010, aproximadamente 86,2% do <i>Free Float</i> da Companhia aderiu a OPA permanecendo no mercado 4,72% do total de ações da Companhia.
Jul/10	1ª Emissão de Debêntures	Em 15 de julho de 2010, a Companhia emitiu um valor total de R\$600 milhões em Debêntures, sendo R\$345 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,30%) e R\$255 milhões referentes a Segunda Série (IPCA + 7,91%).
Ago- Set/10	Novos Ativos	No 2T10, a Companhia divulgou assinatura de Contrato de Compra e Venda para a aquisição de (i) 49,99% do capital social da NTE, (ii) 49,90% do capital social da STE e (iii) 40% do capital social da IEMG. Em setembro a Companhia divulgou, através de dois fatos relevantes, que ocorreu o exercício do direito de preferência em relação às aquisições por outros acionistas de tais sociedades, impossibilitando, portanto, a aquisição das referidas participações pela Companhia.
Nov/10	Recomposição da Base Acionária	Em 08 de novembro de 2010, a BM&FBovespa deferiu o pedido de prazo adicional para enquadramento, da Companhia, ao requisito de percentual mínimo de ações em circulação. Dessa forma, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação de 25% do total de ações emitidas pela Companhia, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2011. A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição.
Nov/10	2ª Emissão de Debêntures	Em 10 de Dezembro de 2010, a Companhia emitiu um valor total de R\$815 milhões em Debêntures, sendo R\$425 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,40%), R\$390 milhões referentes à Segunda e Quarta Série (CDI+ 1,60%).
Dez/10	Reorganização Societária	Em 31 de dezembro de 2010, ocorreu a incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. ("Alterosa"), Transmissora Alvorada de Energia S.A., Novatrans, TSN, ETEO e TAESA Serviços Ltda pela empresa TAESA Transmissora Aliança (holding do grupo).



### OPA – Oferta Pública de Ações

Em 23 de março de 2010 a **TRANSMISSORA ALTEROSA DE ENERGIA S.A.**, publicou Edital visando submeter aos acionistas detentores de ações e/ou units uma oferta pública para a aquisição das Ações e Units de emissão da Companhia.

Para assegurar aos demais acionistas da Transmissora Aliança tratamento igualitário aquele dado à Terna S.p.A., em conformidade com o Estatuto Social da Transmissora Aliança, a Lei 6.404/76, a instrução CVM nº 361/2002 e o Regulamento do Nível 2 de praticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A., a Ofertante pagou a montante de R\$1,0 bilhão. O Preço da Oferta corrigido, de R\$38,73 por Unit ou R\$12,91 por ação, foi pago à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação, ou seja, 11 de maio de 2010. O Preço da Oferta foi corrigido pela taxa SELIC, calculada *pro rata temporis* a contar da Data de Fechamento, ou seja, desde a Data do Fechamento, exclusive, até a Data de Liquidação, inclusive.

O leilão da Oferta foi realizado no dia 06 de maio de 2010, às 13 horas, obedecendo às regras estabelecidas pela BM&F BOVESPA. Aproximadamente 86,2% do Free Float da Companhia aderiu a OPA permanecendo no mercado 4,72% do total de ações da Companhia.

### 1ª Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, sendo 34.500 Debêntures da Primeira Série, no valor de R\$345 milhões e 25.500 Debêntures da Segunda Série, no valor de R\$255 milhões, perfazendo um valor total de R\$600 milhões. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*.

As Debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- **Espécie:** quirografia.
- **Tipo e Forma:** nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e Data de Vencimento:** 1ª e 2ª séries têm prazo de vencimento de 5 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015.
- **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série não será atualizado. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").
- **Remuneração:**
  - 1ª série – sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,30%
  - 2ª série – sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91%
- **Data de Pagamento dos juros:** Os juros incidentes sobre as debêntures da 1ª Série e 2ª Série serão pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.



- Prazo de Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e 2ª Série será amortizado em 3 parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550 milhões, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010, através do resgate antecipado das respectivas Notas Promissórias efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R\$592,6 milhões além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente será utilizado pela Emissora para capital de giro.

#### **Novos Ativos**

Em 06 de agosto de 2010, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A divulgou aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que celebrou com a Cymi Holding S.A., um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de (i) 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A., (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG, todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela Companhia estavam sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da Companhia, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

Em 09 de setembro a Companhia divulgou que ocorreu o exercício do direito de preferência em relação à aquisição de (i) 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. e (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A., por outro acionista de tais sociedades, inviabilizando, portanto, a aquisição das referidas participações pela Companhia.

Em 13 de setembro de 2010 a Companhia, em complementação ao disposto nos Fatos Relevantes publicados em 6.8.2010 e 13.9.2010, divulgou que tomou conhecimento do exercício do direito de preferência em relação à aquisição de 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG, por outro acionista de tal sociedade, impossibilitando, portanto, a aquisição da referida participação pela Companhia.

#### **Recomposição da Base Acionária**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A recebeu em 08 de novembro de 2010 uma correspondência eletrônica enviada pela BM&FBovespa, deferindo o pedido de prazo adicional para enquadramento, da Companhia, ao requisito de percentual mínimo de ações em circulação, definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 .

De acordo com a correspondência, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação, qual seja, 25% do total de ações emitidas pela Companhia, nos termos do Regulamento, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2011. A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição.

Caso as ações em circulação atinjam patamares superiores a 4,72% ao final de cada trimestre do exercício social, a Companhia não deverá permitir a sua redução a partir do final dos trimestres subsequentes da ocorrência do fato, exceto se o patamar ultrapassar o percentual de 25%, quando a Companhia passará a se enquadrar ao previsto no item 3.1 (v) do Regulamento.



## 2ª Emissão de Debêntures

Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 Debêntures com valor nominal unitário de R\$100.000, sendo 4.250 Debêntures da 1ª Série, no valor de R\$425 milhões, 2.450 Debêntures da 2ª Série, no valor de R\$245 milhões, 1.250 Debêntures da 4ª Série, no valor de R\$125 milhões, perfazendo um valor total de R\$815 milhões. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*.

As Debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- **Espécie:** 1ª e 2ª séries quirografárias, 4ª série subordinada. Porém, as Debêntures da 4ª Série serão consideradas como sendo da espécie quirografia a partir do momento em que a Companhia possuir volume de capital social suficiente (considerando os valores devidos e ainda não pagos decorrentes da primeira emissão de debêntures da Companhia, da presente Emissão, bem como eventuais aumentos de capital realizados pelos acionistas da Companhia) para que todas as Debêntures desta série possam, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, ser convoladas para debêntures da espécie quirografia.
- **Tipo e Forma:** nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e Data de Vencimento:**
  - 1ª série: prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2015
  - 2ª e 4ª séries: prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado
- **Remuneração:**
  - 1ª série – sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40%
  - 2ª série e 4ª série – sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª e 4ª série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª e 4ª série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,60%
- **Data de Pagamento dos juros:**
  - 1ª série: pagamento dos Juros Remuneratórios será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2011 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2015.
  - 2ª e 4ª série: pagamento dos Juros Remuneratórios será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2011 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2017.



- Esquema de Amortização:

Amortização 1ª Série	% do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de dezembro de 2014	50,00%
15 de dezembro de 2015	50,00%

Amortização 2ª e 4ª Séries	% do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de dezembro de 2016	50,00%
15 de dezembro de 2017	50,00%

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada em 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados ao aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia Novatrans Energia S.A e TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A, nos montantes de R\$236,0 milhões e R\$ 434.6 milhões, respectivamente, que, por sua vez, utilizaram esses recursos para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES. O valor remanescente foi utilizado para reforço de caixa da TAESA.

#### Reorganização Societária

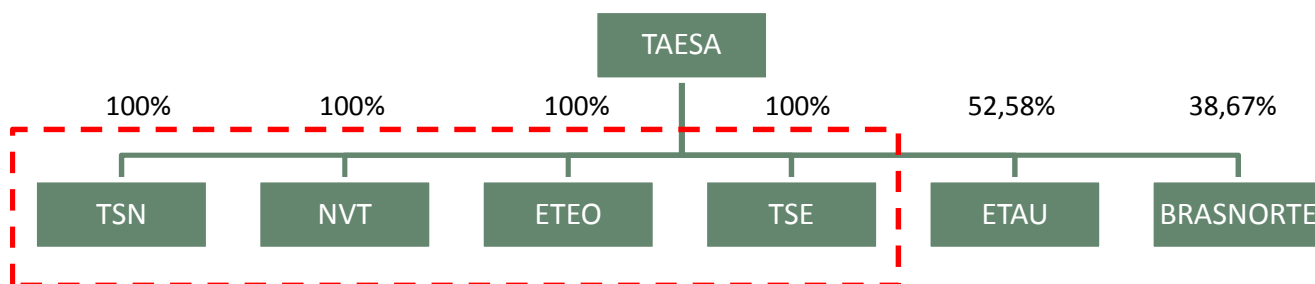
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia incorporou a Alterosa, sua acionista direta, a Alvorada, sua acionista indireta, as concessionárias de transmissão de energia elétrica TSN, Novatrans e ETEO, suas subsidiárias integrais, bem como a TAESA Serviços, também sua subsidiária integral. Em decorrência dessas incorporações, devidamente autorizadas pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 2.627, de 30 de novembro de 2010 e publicada na imprensa oficial em 10 de dezembro de 2010, a Companhia sucedeu as mencionadas empresas em todos os seus direitos e obrigações, nos termos da regulamentação aplicável.

Não houve aumento do capital social da Companhia, tendo em vista que as investidas incorporadas (TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços) eram subsidiárias integrais da Companhia e as investidoras incorporadas (Alterosa e Alvorada) não destinaram o acréscimo patrimonial à conta do capital social da Companhia.

As ações da Companhia de titularidade da Alterosa foram transferidas para os outros 2 acionistas controladores da Companhia, Cemig GT e FIP Coliseu, na proporção de suas participações direta e indireta na Alvorada e na Alterosa. Assim, a Cemig GT recebeu 12.662.469 ações ordinárias e 51.683548 ações preferenciais de emissão da Companhia e o FIP Coliseu, por sua vez, recebeu 13.179.305 ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Cemig GT, portanto, passou a deter o total de 149.374.291 ações, sendo 97.690.743 ordinárias e 51.638.548 preferenciais e o FIP Coliseu passou a deter o total de 101.678.120 ações ordinárias. A participação no Free Float foi mantida em 4,72% do capital social, (com o total de 12.446.472 ações, sendo 4.148.824 ordinárias e 8.297.648 preferenciais).

#### Reorganização Societária



— Subsidiárias incorporadas pela TAESA



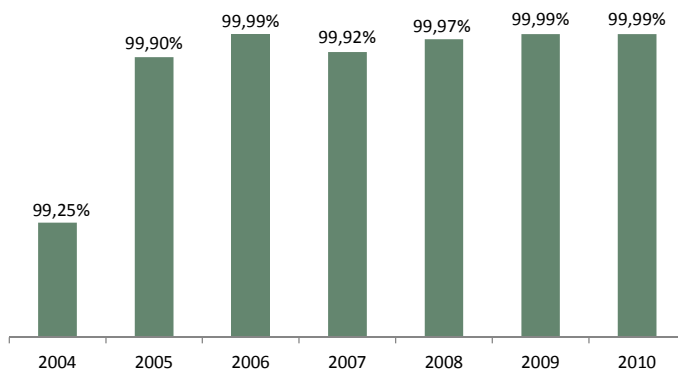
## Desempenho Operacional

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um total de 3.712 km de linhas, dos quais 2.447 km de 500kV, 502 km de 440kV e 763 km de 230kV, a mesma capacidade observada em 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2009 devido a entrada em operação da Brasnorte.

Do ponto de vista operacional, a Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão consistentemente em elevados patamares. Este desempenho se deve não apenas à qualidade dos ativos e instalações da Companhia, mas, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos ativos. Como consequência, controlamos a parcela variável dentro dos limites planejados e fechamos 2010 contabilizando a PV em torno de 1% da Receita Anual Permitida (RAP).

A TAESA apresentou nos últimos 12 meses uma taxa média consolidada de disponibilidade de 99,99%, permitindo um reduzido impacto financeiro decorrente de penalidade por indisponibilidade. A Companhia historicamente apresenta um elevado patamar de desempenho operacional conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Disponibilidade da Linha

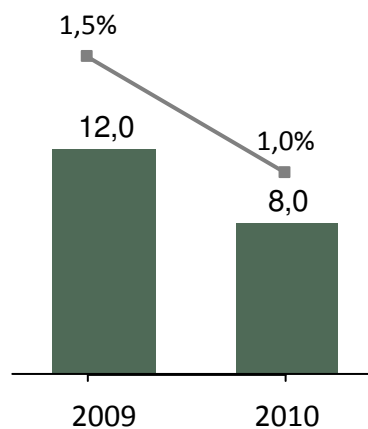


A Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contida em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km

$$\sum \frac{(\text{Extensão da Linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da Linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

## PV Total – R\$ milhões

### PV como % da RAP



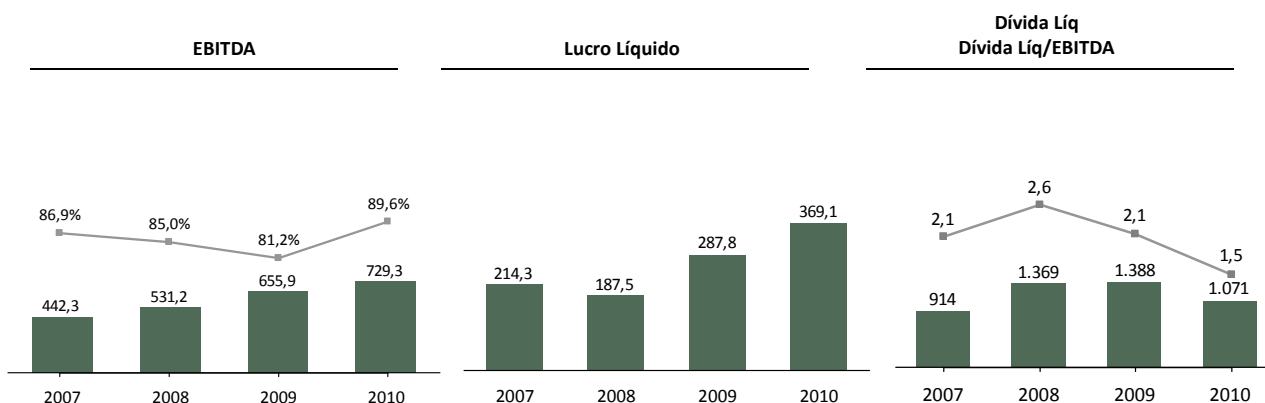


## Desempenho Financeiro

### Resultados de 2010 refletem Eficiência Operacional e Estratégia de Sucesso

Em 2010, a companhia apresentou o melhor resultado de sua história. Neste período, a economia brasileira se caracterizou por forte crescimento na demanda de bens e serviços, um ambiente de pressão inflacionária, aperto monetário e apreciação do Real frente ao Dólar. A Companhia por sua vez, na busca da eficiência, focou sua gestão em processos operacionais e administrativos com o objetivo de capturar o máximo de valor para os seus acionistas.

Em adição a busca constante de melhoria na disponibilidade dos ativos, sob a perspectiva da gestão empresarial, foram priorizadas as que contribuíram para melhorar a eficiência operacional, a qualidade da prestação dos serviços de transmissão, o resultado dos processos internos e conseqüentemente as margens de rentabilidade. Entre essas ações podemos citar: a otimização de custos e recursos em geral, a dedicação à gestão dos recursos humanos; a adoção de melhores práticas empresariais; o desenvolvimento contínuo do sistema de gestão através da implementação de melhorias no SAP e outros sistemas e a melhora da plataforma de TI. O quadro abaixo mostra a evolução do resultado antes da adoção do IFRS.



### Adoção de Novas Práticas Contábeis

O resultado financeiro será apresentado em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato anterior, para permitir a comparação com o exercício de 2009. O resultado trimestral será apresentado apenas no formato anterior para embasar as explicações dos acontecimentos mais relevantes do trimestre.

Ainda que a forma de apresentar os resultados financeiros tenha se alterado, essas alterações não trouxeram impactos no curso normal dos negócios da companhia. **Portanto, a solidez da geração de caixa e a estabilidade do negócio de transmissão de energia permanecem inalteradas.**

Duas mudanças contábeis merecem destaque especial: a forma de contabilização da receita da Companhia e o reconhecimento de um ativo financeiro e não mais de um ativo imobilizado. Em especial a nova regra prevê que a contabilização da receita ao longo do período de concessão seja feita de maneira diferente daquela prevista nos contratos de concessão. Esse e outros ajustes retroativos devem gerar um impacto positivo no patrimônio líquido, com a formação de uma reserva de lucros acumulados.



As principais mudanças decorrentes da **aplicação do IFRS** estão resumidas no quadro abaixo:

Principais Mudanças IFRS	
SEM IFRS	COM IFRS
Ativo Imobilizado	Ativo Financeiro
	Receita de Construção
Receita da Concessão	Receita de Operação e Manutenção
	Remuneração de Recebíveis
Depreciação do Imobilizado	-
Investimentos em O&M	Despesas de Material

### Constituição do Ativo Financeiro

De acordo com a nova regra, a infra-estrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infra-estrutura de serviços públicos. Dessa maneira, o concessionário tem direito para operar a infra-estrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Ainda segundo a nova regra, o ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infra-estrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as disposições do ICPC 01 foram aplicadas de forma prospectiva ao contrato de concessão celebrado entre as concessionárias (ETAU, ETEO, GTEA, PATESA e MUNIRAH) e ANEEL. Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção finalizada e incluída como remuneração dos serviços de construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção aplicando uma margem sobre os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características. Os ativos financeiros foram classificados como Recebíveis de Concessão de Serviços.

### Contabilização da Receita

De acordo com a nova regra, a Companhia deve fazer uma realocação da receita a que tem direito ao longo de toda a concessão entre Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Remuneração dos Recebíveis.

A Receita de Construção, como explicado anteriormente, é reconhecida no momento em que o ativo financeiro é constituído. A Remuneração dos Recebíveis é a remuneração financeira do valor inicial contabilizado como ativo financeiro. A diferença entre o total da Receita da Disponibilização da Rede, o valor da Receita de Construção, da Remuneração dos Recebíveis é a Receita de Operação e Manutenção.



## Destques Financeiros

Destques Financeiros Consolidados (R\$ Milhões)	COM AJUSTE IFRS				SEM AJUSTE IFRS				
	2010	2010	2009	Var.	Var. %	4T10	3T10	Var.	Var. %
Receita Líquida	798,6	814,2	808,2	5,9	0,7%	207,0	208,6	(1,6)	-0,8%
EBITDA	696,4	729,3	655,9	73,4	11,2%	185,2	188,9	(3,8)	-2,0%
Margem EBITDA	87,2%	89,6%	81,2%	8,4 pp		89,5%	90,6%	-1,1 pp	
Depreciação e amortização	(14,7)	(136,0)	(123,1)	(12,9)	10,5%	(32,7)	(34,5)	1,8	-5,3%
EBIT	681,7	593,3	532,8	60,5	11,4%	152,5	154,5	(2,0)	-1,3%
Despesas Financeiras	(124,6)	(124,3)	(106,9)	(17,3)	16,2%	(34,0)	(24,9)	(9,1)	36,5%
Imposto de renda e contribuição social	(128,5)	(100,0)	(138,1)	38,1	-27,6%	12,5	(37,4)	49,9	-133,5%
% Imposto de renda e contribuição social	23,1%	21,3%	32,4%	-11,1 pp		-10,6%	28,8%	-39,4 pp	
Lucro Líquido Consolidado	428,6	369,1	287,8	81,3	28,2%	131,0	92,2	38,8	42,1%
Dívida Líquida	1.071,5	1.071,5	1.387,7	(316,2)	-22,8%	1.071,5	1.069,4	2,1	0,2%

## Reajuste da RAP

Apesar da mudança na forma de contabilizar a receita no DRE, não houve nenhuma alteração na geração de receita (fluxo de caixa) da companhia. Dessa forma, como a atividade principal é a transmissão de energia, o fato gerador de receita do Grupo consiste principalmente na disponibilidade das linhas de transmissão e subestações das suas concessões e não no volume de energia transmitida por suas concessionárias. A receita que as concessionárias têm direito a receber (caixa) como garantido pelo contrato de concessão, chamada Receita Anual Permitida ("RAP"), é fixa por concessão e é anualmente reajustada pela inflação. As receitas das concessionárias TSN (incluindo Munirah, Gtesa e Patesa), Novatrans, ETEO e ETAU são reajustadas pelo o IGP-M, enquanto que receita da Brasnorte é reajustada pelo IPC-A. O mecanismo de dedução da receita ocasionada pela indisponibilidade das linhas se chama Parcela Variável ("PV"). De acordo com Resolução Homologatória da ANEEL número 1.021, publicada em de 30 de junho de 2010, para o ciclo Julho/2010 – Junho/2011, as RAPs da Novatrans, TSN (incluindo Munirah, GTESA e PATESA), ETAU e ETEO foram reajustadas em 4,2%, de acordo com o andamento do índice de inflação IGP-M no período anterior, e a RAP da Brasnorte foi reajustada em 5,2%, de acordo com o andamento do índice de inflação IPC-A no período anterior.

A tabela em seguida mostra a RAP de competência das concessionárias do Grupo:

RAP (R\$ milhões)	Ciclo 2004/2005	Ciclo 2005/2006	Ciclo 2006/2007	Ciclo 2007/2008	Ciclo 2008/2009	Ciclo 2009/2010	Ciclo 2010/2011
Ajuste IGP-M	7,0%	9,1%	-0,3%	4,4%	11,5%	3,6%	4,2%
Novatrans	246,9	269,3	268,5	280,3	312,6	324,0	337,5
TSN*	224,6	245,0	244,2	254,9	287,4	303,2	315,4
TSN LT Camaçari II/Sapeaçu (ex Munirah)	-	18,4	18,3	19,1	21,3	22,1	23,0
TSN LT Goianinha/Mussurú (ex GTESA)	4,2	4,6	4,6	4,8	5,3	5,5	5,8
TSN LT Paraíso/Açu (ex PATESA)	9,9	10,8	10,7	11,2	12,5	13,0	13,5
ETAU1 **	9,3	12,7	12,6	13,1	14,6	15,2	14,5
ETEO	83,5	91,1	90,8	94,8	105,8	109,6	114,2
Ajuste IPC-A	5,2%	8,1%	4,2%	3,2%	5,6%	5,2%	5,2%
Brasnorte1	-	-	-	-	-	6,3	6,7
<b>Total</b>	<b>578,4</b>	<b>651,9</b>	<b>649,8</b>	<b>678,3</b>	<b>759,6</b>	<b>799,0</b>	<b>830,5</b>
<b>Parcela de Ajuste (PA)</b>	<b>0,3</b>	<b>29,9</b>	<b>(22,2)</b>	<b>(6,7)</b>	<b>(16,7)</b>	<b>(9,9)</b>	<b>(6,4)</b>

\* Incluindo os projetos de reforços de Bom Jesus da Lapa, Serra da Mesa e Serra da Mesa II

\*\* Incluindo DIT dedicada a RGE

1 Valor de RAP proporcional a participação da TAESA



## Receita Líquida

A tabela a seguir faz a conciliação entre a RAP das concessões e suas Receitas entre o 4T10 e o 3T10, **sem considerar o ajuste do IFRS**.

(R\$ milhões)	SEM AJUSTE IFRS			
	4T10	3T10	Var.	Var (%)
RAP Concessionárias	207,9	207,9	0,0	0,0%
Subvenção Fiscal	15,8	17,1	(1,3)	-7,5%
Operação e manutenção	-	-	-	
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	-	-	-	
Receita EPC Brasnorte/Outras Receitas	0,3	0,1	0,2	226,2%
<b>Total Positivo</b>	<b>224,0</b>	<b>225,0</b>	<b>(1,1)</b>	<b>-0,5%</b>
Parcela Variável	(2,9)	(2,1)	(0,8)	40,8%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>221,1</b>	<b>223,0</b>	<b>(1,9)</b>	<b>-0,8%</b>
Deduções	(14,1)	(14,4)	0,3	-2,2%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>207,0</b>	<b>208,5</b>	<b>(1,6)</b>	<b>-0,8%</b>

No 4T10, a Receita Líquida foi de R\$207,0 milhões, 0,8% abaixo do total de R\$208,5 milhões do 3T10. A principal variação decorreu da mudança na forma de contabilizar os incentivos fiscais da TSN e NVT. De acordo com as novas práticas contábeis, os valores referentes a estes incentivos (subvenção fiscal), devem ser contabilizados como **Outras Receitas**. Os valores do 3T10 foram reapresentados com as novas regras para permitir uma comparação precisa.

A tabela a seguir mostra a composição da Receita Líquida em 2010 **com o ajuste do IFRS** e uma comparação entre 2010 e 2009 **sem o ajuste do IFRS**. Para facilitar a comparação, o valor da subvenção fiscal também foi inserido em 2009.

(R\$ milhões)	COM AJUSTE IFRS	SEM AJUSTE IFRS			
	2010	2010	2009	Var.	Var (%)
RAP Concessionárias	-	815,5	776,5	39,0	5,0%
Subvenção Fiscal	62,2	62,2	55,5	6,7	12,0%
Operação e manutenção	246,1	-	-	-	
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	553,6	-	-	-	
Receita EPC Brasnorte/Outras Receitas	0,7	0,7	43,7	(43,0)	-98,3%
<b>Total Positivo</b>	<b>862,6</b>	<b>878,5</b>	<b>875,7</b>	<b>2,7</b>	<b>0,3%</b>
Parcela Variável	(8,0)	(8,0)	(12,0)	4,0	-33,2%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>854,6</b>	<b>870,5</b>	<b>863,8</b>	<b>6,7</b>	<b>0,8%</b>
Deduções	(56,0)	(56,3)	(55,6)	(0,7)	1,3%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>798,6</b>	<b>814,2</b>	<b>808,2</b>	<b>5,9</b>	<b>0,7%</b>

**Sem considerar o ajuste do IFRS**, a Receita Líquida de 2010 foi de R\$ 814,2 milhões, 0,7% superior ao total de R\$ 808,2 milhões de 2009. As principais variações entre 2010 e 2009 foram:

- Subvenção Fiscal: aumento de R\$ 6,7 milhões decorrente do maior lucro da exploração das concessões
- Receita EPC Brasnorte/Outras Receitas: diminuição de R\$ 43 milhões devido ao fim da construção da linha da Brasnorte em 2009
- Parcela Variável: diminuição de R\$ 4 milhões da PV, 33,2% menor em relação a 2009, como resultado da maior eficiência operacional



Em 2010 a Parcela Variável totalizou 1,0% da RAP apresentando uma evolução de 0,5 pp sobre o resultado de 2009, quando a PV totalizou 1,5% da RAP. Esse resultado demonstra que a Companhia vem aprimorando seu desempenho operacional e mantendo um elevado padrão na atividade de operar e manter seus ativos de transmissão.

**Com a adoção do IFRS**, a receita agora está dividida entre Receita de Operação e Manutenção, Remuneração dos Recebíveis de Concessão de Serviços e Outras Receitas. No exercício de 2010, o valor total de Receita Líquida foi de R\$ 798,6 milhões de Reais, R\$ 15,6 milhões abaixo do valor sem a adoção das novas regras.

#### Custo do Serviço, Despesas Operacionais, Depreciação e Amortização

A tabela a seguir apresenta as variações dos custos e despesas entre o 4T10 e o 3T10, **sem considerar o ajuste do IFRS**.

SEM AJUSTE IFRS				
Custo e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)	4T10	3T10	Var.	Var. %
Pessoal	(13,1)	(9,1)	(4,0)	44,1%
Material	(0,1)	(0,6)	0,5	-79,4%
Serviços de terceiros	(7,9)	(6,5)	(1,4)	21,7%
G&A e Outros	(0,7)	(3,4)	2,7	-80,4%
<b>Total excluindo depr. e amort.</b>	<b>(21,8)</b>	<b>(19,6)</b>	<b>(2,2)</b>	<b>11,2%</b>
Depreciação e amortização	(32,7)	(34,5)	1,8	-5,3%
<b>Total</b>	<b>(54,5)</b>	<b>(54,1)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>0,7%</b>

No 4T10, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$21,8 milhões, 11,2% superior ao total de R\$19,6 milhões do 3T10. Dentre as variações mais significativas neste período pode-se citar:

- **Pessoal:** aumento de R\$4,0 milhões, devido principalmente ao provisionamento da gratificação referente ao resultado de 2010, que será pago em 2011.
- **Material:** redução de R\$0,5 milhão principalmente devido a contabilização de um fornecedor do EPC da Brasnorte feito no 3T10.
- **G&A e Outros:** redução de 2,7 milhões principalmente em função da queda dos dispêndios relacionados a Lei Rouanet

No item de Depreciação e Amortização houve uma redução de R\$ 1,8 milhão no 4T10 decorrente principalmente do estorno dos valores de amortização de despesas pré-operacionais.

A tabela a seguir mostra a composição dos Custos e Despesas Operacionais em 2010 **com o ajuste do IFRS** e uma comparação entre 2010 e 2009 **sem o ajuste do IFRS**.



Custo e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)	COM AJUSTE IFRS		SEM AJUSTE IFRS		
	2010	2010	2009	Var.	Var. %
Pessoal	(41,2)	(41,2)	(41,2)	(0,1)	0,2%
Material	(19,8)	(2,4)	(31,8)	29,5	-92,5%
Serviços de terceiros	(30,5)	(30,5)	(54,0)	23,5	-43,5%
G&A e Outros	(10,6)	(10,7)	(25,3)	14,5	-57,6%
<b>Total excluindo depr. e amort.</b>	<b>(102,2)</b>	<b>(84,8)</b>	<b>(152,3)</b>	<b>67,4</b>	<b>-44,3%</b>
Depreciação e amortização	(14,7)	(136,0)	(123,1)	(12,9)	10,5%
<b>Total</b>	<b>(116,9)</b>	<b>(220,8)</b>	<b>(275,4)</b>	<b>54,6</b>	<b>-19,8%</b>

Sem considerar o ajuste do IFRS, os Custos e Despesas de 2010 totalizaram R\$ 84,8 milhões, 44,3% inferior ao total de R\$ 152,3 milhões de 2009. As principais variações entre 2010 e 2009 foram:

- **Material e Serviço de Terceiros:** diminuição de R\$ 53 milhões principalmente em função da conclusão da construção da Brasnorte em 2009
- **G&A e Outros:** redução de R\$ 14,5 milhões principalmente devido à (i) provisão de aproximadamente R\$ 8 milhões feita em 2009 para despesas de compensação ambiental, (ii) aproximadamente R\$3 milhões de reversão de provisão (outros impostos)

O ajuste do IFRS gerou um aumento de R\$17,2 milhões, ou 20,4% de aumento, nos Custos e Despesas de 2010. Este aumento ocorreu principalmente em função da reclassificação dos itens de imobilizado para as despesas. Dessa maneira, o total de custos e despesas em 2010, após a aplicação da nova regra, somou R\$ 102,2 milhões.

O item de Depreciação e Amortização sofreu alterações significativas com a entrada do IFRS. Em função da reclassificação de valores do ativo imobilizado para o ativo financeiro, o item de Depreciação e Amortização, **após o ajuste do IFRS**, passou a conter somente o montante de amortização do ágio de R\$ 13,5 milhões e a depreciação de ativos administrativos.

#### EBITDA, Margem EBITDA E EBIT

A tabela a seguir, apresenta o EBITDA, EBIT e Margens no 4T10 e o 3T10, **sem considerar o ajuste do IFRS**.

Conciliação EBITDA (R\$ Milhões)	SEM AJUSTE IFRS			
	4T10	3T10	Var.	Var. %
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>207,0</b>	<b>208,6</b>	<b>(1,6)</b>	<b>-0,8%</b>
Custo e Despesas	(21,8)	(19,6)	(2,2)	11,2%
<b>EBITDA</b>	<b>185,2</b>	<b>188,9</b>	<b>(3,8)</b>	<b>-2,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>89,5%</b>	<b>90,6%</b>		<b>-1,1 pp</b>
Depreciação e amortização	(32,7)	(34,5)	1,8	-5,3%
<b>EBIT</b>	<b>152,5</b>	<b>154,5</b>	<b>(2,0)</b>	<b>-1,3%</b>

O EBITDA do 4T10 foi R\$185,2 milhões, apresentando um decréscimo de 2,0% em relação aos R\$188,9 milhões do 3T10. Conforme mencionado anteriormente, a principal variação decorreu da mudança na forma de contabilizar os incentivos fiscais da TSN e NVT. De acordo com as novas práticas contábeis, os valores referentes a estes incentivos



(subvenção fiscal) devem ser contabilizados como Outras Receitas. A margem EBITDA no período foi de 89,5%, 1,1 p.p. abaixo da margem de 90,6% do 3T10.

A tabela a seguir mostra o EBITDA em 2010 **com o ajuste do IFRS** e uma comparação entre 2010 e 2009 **sem o ajuste do IFRS**.

Conciliação EBITDA (R\$ Milhões)	COM AJUSTE IFRS		SEM AJUSTE IFRS		
	2010	2010	2009	Var.	Var. %
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>798,6</b>	<b>814,2</b>	<b>808,2</b>	<b>5,9</b>	<b>0,7%</b>
Custo e Despesas	(102,2)	(84,8)	(152,3)	67,4	-44,3%
<b>EBITDA</b>	<b>696,4</b>	<b>729,3</b>	<b>655,9</b>	<b>73,4</b>	<b>11,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>87,2%</b>	<b>89,6%</b>	<b>81,2%</b>		<b>8,4 pp</b>
Depreciação e amortização	(14,7)	(136,0)	(123,1)	(12,9)	10,5%
<b>EBIT</b>	<b>681,7</b>	<b>593,3</b>	<b>532,8</b>	<b>60,5</b>	<b>11,4%</b>

**Sem considerar o ajuste do IFRS**, o EBITDA de 2010 totalizou R\$ 729,3 milhões, 11,2% superior aos R\$ 655,9 milhões de 2009. Em 2010, a Margem EBITDA atingiu 89,6%, sendo esta a **maior Margem EBITDA LTM já atingida pela Companhia**. Esse aumento se deve principalmente em função da redução significativa nos Custos e Despesas.

Vale ressaltar que no mercado de transmissão de energia o EBITDA, **sem o ajuste do IFRS**, é um importante indicador de desempenho financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia. **Com a aplicação do ajuste do IFRS** houve um descolamento significativo entre DRE e Fluxo de Caixa. Dessa maneira, o **EBITDA com o ajuste do IFRS** não é uma medida que se aproxima da geração operacional de caixa da Companhia.

Considerando o ajuste do IFRS, o EBITDA consolidado totalizou R\$696,4 milhões, com uma margem de 87,2%.

#### Despesas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir apresenta o resultado de Despesas Financeiras Líquidas do 4T10 e o 3T10. O item Despesas Financeiras Líquidas não apresentou alterações relevantes em função da aplicação das novas regras contábeis. Em função disso as variações serão explicadas apenas no formato anterior ao IFRS.

Despesas Financeiras Líquidas (R\$ Milhões)	SEM AJUSTE IFRS			
	4T10	3T10	Var.	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	12,0	11,0	0,9	8,5%
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(39,1)	(41,2)	2,1	-5,1%
Variações Monetárias e Cambiais	(5,9)	4,8	(10,7)	-224,1%
Outras Despesas Financeiras	(1,0)	0,5	(1,5)	-293,6%
<b>Total</b>	<b>(34,0)</b>	<b>(24,9)</b>	<b>(9,1)</b>	<b>36,5%</b>

No 4T10 as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$34,0 milhões, registrando um acréscimo de R\$9,1 milhões em relação ao 3T10. As principais variações em relação ao 3T10 foram:



- Receita da aplicação financeira: aumento de R\$0,9 milhão ocorreu (i) em função do aumento do saldo médio de caixa no 4T10 (ii) e ao aumento da taxa CDI, principalmente no mês de dezembro quando passou de 0,85% para 0,92% ao mês.
- Encargos de dívidas: decréscimo do saldo médio de principal nas subsidiárias com dívida do BNDES
- Variação Monetária e Cambial: Efeito negativo de R\$ 5,9 milhões gerados principalmente pela variação monetária da 2ª série de debêntures da 1ª emissão (série IPCA).

Despesas Financeiras Líquidas (R\$ Milhões)	COM AJUSTE IFRS		SEM AJUSTE IFRS		
	2010	2010	2009	Var.	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>					
Renda de aplicação financeira	34,1	34,1	27,4	6,7	24,5%
<b>Despesas Financeiras</b>					
Encargos de dívidas	(153,6)	(153,6)	(158,8)	5,1	-3,2%
Variações Monetárias e Cambiais	(4,1)	(4,1)	28,8	(32,9)	-114,4%
Outras Despesas Financeiras	(0,9)	(0,5)	(4,3)	3,7	-87,3%
<b>Total</b>	<b>(124,6)</b>	<b>(124,3)</b>	<b>(106,9)</b>	<b>(17,3)</b>	<b>16,2%</b>

Em 2010 as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$124,3 milhões, registrando um acréscimo de R\$17,3 milhões em relação a 2009. Seguem abaixo as principais variações:

- Receita da aplicação financeira: crescimento de R\$ 6,7 milhões em função do aumento da taxa CDI combinado com uma geração de caixa mais forte
- Encargos de dívidas: decréscimo de R\$ 5,1 MM como consequência da redução do saldo de principal nas subsidiárias com dívida do BNDES, assim como em função da troca das notas promissórias pela primeira emissão de debêntures
- Variação Monetária e Cambial: variação de R\$ 32,9 milhões entre 2010 e 2009 devido à forte apreciação do Real frente ao Dólar em 2009, que teve impacto significativo sobre a dívida atrelada a cesta de moedas.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Como explicado anteriormente na seção sobre Receita Líquida, os valores referentes aos incentivos fiscais da TSN e NVT foram reclassificados como **Outras Receitas**. Em adição a alteração mencionada, o item de Imposto de Renda e Contribuição Social sofreu um impacto relevante em 2010 em função do benefício fiscal gerado pela incorporação. **Sem considerar a aplicação do IFRS**, em 2010 o total de IR/CSLL totalizou R\$ 100,0 milhões, R\$ 38,1 milhões abaixo do valor de 2009 reapresentado.

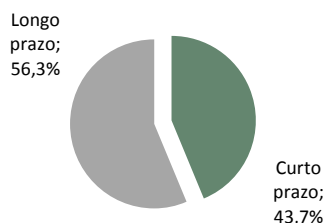
A adoção do IFRS gerou um impacto negativo sobre o total contabilizado de IR/CSLL. **Após o ajuste do IFRS**, o total de IR/CSLL foi de R\$ 128,5 milhões, R\$ 28,5 milhões acima do valor sem o ajuste.



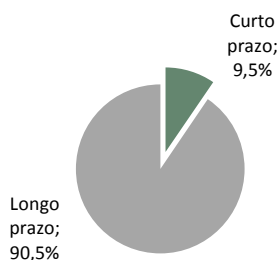
## Endividamento

A Companhia encerrou o 4T10 com uma dívida bruta consolidada de R\$1.548,9 milhões, dos quais apenas 3,6% ou R\$55,9 milhões se referem a dívida de curto prazo. A mudança expressiva no perfil da dívida, como demonstrada nos gráficos abaixo, foi propiciada pelas duas emissões de dívida (1ª e 2ª Emissão de Debentures) realizadas pela companhia no segundo semestre de 2010.

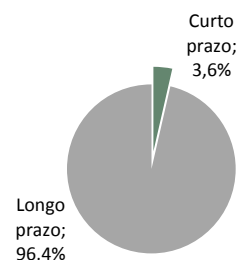
Perfil da Dívida em 31/12/2009



Perfil da Dívida em 30/09/2010



Perfil da Dívida em 31/12/2010



Em 31 de dezembro de 2010, o caixa consolidado totalizou R\$477,4 milhões. Reduzindo-se a dívida bruta de R\$ 1.548,9 do caixa, pode-se observar que a dívida líquida ao término de 2010 totalizou R\$1.071,5 milhões, cerca de 1,5x o LTM EBITDA consolidado.

Dívida Líquida (R\$ Milhão)	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009
Curto Prazo	55,9	147,8	684,7
TJLP	3,1	105,7	99,9
Cesta de Moedas	0,5	9,5	9,1
CDI	44,0	29,3	575,7
IPCA	8,3	3,2	-
Longo Prazo	1.492,9	1.402,5	881,1
TJLP	18,4	681,3	759,1
Cesta de Moedas	2,9	64,8	73,5
CDI	1.211,3	401,3	48,6
IPCA	260,3	255,0	-
<b>Endividamento Total</b>	<b>1.548,9</b>	<b>1.550,2</b>	<b>1.565,8</b>
(-) Caixa e aplicações	(477,4)	(480,9)	(178,2)
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>1.071,5</b>	<b>1.069,4</b>	<b>1.387,7</b>

Do endividamento total 1,4% está indexado a TJLP, 81,0% está indexado ao CDI, 17,3% está indexado a IPCA e 0,2% a Cesta de Moedas do BNDES.

## Investimentos

Investimentos (R\$ milhões)	2010	2009	Var.	Var. %	4T10	3T10	Var.	Var. %
Reforços e Melhorias	7,1	26,4	(19,2)	-73,0%	4,9	1,8	3,1	167,7%
Contratos de EPC	-	52,6	(52,6)	-100,0%	-	-	-	-
<b>Investimentos não recorrentes</b>	<b>7,1</b>	<b>79,0</b>	<b>(71,9)</b>	<b>-91,0%</b>	<b>4,9</b>	<b>1,8</b>	<b>3,1</b>	<b>167,7%</b>
Ferramentas, veículos e equipamentos	4,9	16,1	(11,2)	-69,4%	2,8	1,0	1,8	168,9%
Tecnologia da informação	1,0	-	1,0	-	0,6	0,0	0,6	n.m.
Outros Investimentos	1,6	3,0	(1,4)	-47,8%	0,7	0,9	(0,2)	-19,4%
<b>Investimentos recorrentes</b>	<b>7,4</b>	<b>19,0</b>	<b>(11,6)</b>	<b>-61,0%</b>	<b>4,1</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>110,4%</b>
<b>Total</b>	<b>14,6</b>	<b>98,0</b>	<b>(83,5)</b>	<b>-85,2%</b>	<b>9,0</b>	<b>3,78</b>	<b>5,2</b>	<b>138,4%</b>
<b>% EBITDA</b>	<b>2,0%</b>	<b>14,9%</b>		<b>-10,1 pp</b>	<b>4,9%</b>	<b>2,0%</b>		<b>2,9 pp</b>



Em 2010 a Companhia investiu cerca de R\$ 15 milhões em projetos, sendo que R\$ 7,1 milhões foram investidos em projetos de reforços e melhorias aprovadas pela ANEEL. Os projetos de reforço somaram aproximadamente R\$ 5 milhões, continuam em andamento e deverão propiciar aumentos na receita da companhia.

A diferença significativa entre 2010 e 2009 pode ser explicada principalmente pela conclusão da construção da Brasnorte e pela conclusão do Reforço de Serra Da Mesa II.

### Dividendos

Em 17 de novembro de 2010 a Companhia pagou o valor total de dividendos R\$ 106.330.405,05, correspondentes a R\$0,403532623 por ação ordinária e preferencial, o que equivale a aproximadamente R\$1,210597868 por Unit. O pagamento se referiu à conta de reserva de lucros registrada no balanço social e foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 16 de abril de 2010.

A companhia destinou R\$ 407.198.597,16, referentes ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal do exercício de 2010, que serão pagos a título de dividendos até 31 de maio de 2011.

### Mercado de Capitais

As Units da TAESA (TRNA11) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) consistem de uma ação ON e duas ações PN. A Companhia tem um total de 4.148.826 Units no mercado. Com a troca de controle e a reestruturação societária, a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era a seguinte:

	Ações ON	%	Ações PN	%	Capital Total	%
Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	50,0%	-	0,0%	101.678.120	38,6%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,0%	51.683.548	86,2%	149.374.291	56,7%
Mercado	4.148.826	2,0%	8.297.648	13,8%	12.446.474	4,7%
Outros	22	0,0%	-	0,0%	22	0,0%
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100,0%</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100,0%</b>	<b>263.498.907</b>	<b>100,0%</b>



## Próximos Eventos

### Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2010

Data: 30 de Março de 2011

#### Português

15h (horário de Brasília)

Telefone: +55 11 3301 3000

Senha: TAESA

Replay: +55 11 3127 4999

Senha: 47864318

Transmissão ao vivo pela internet: <http://www.taesa.com.br/ri>

#### Aviso Legal

*As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL, enquanto órgão regulador tem poderes para regular as concessões no que diz respeito inclusive a emissão de regras contábeis.*

*As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da TAESA são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.*



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (R\$ Mil)	COM AJUSTE IFRS	AJUSTE	SEM AJUSTE IFRS
	2010 Consolidado	2010 Consolidado	2010 Consolidado
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(807.536)	807.536
Operação e manutenção	238.102	238.102	-
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	553.573	553.573	-
Outras receitas operacionais	62.950	-	62.950
<b>Total da receita bruta</b>	<b>854.624</b>	<b>(15.862)</b>	<b>870.486</b>
Deduções a receita operacional bruta	(56.032)	301	(56.333)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>798.593</b>	<b>(15.560)</b>	<b>814.153</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(41.244)	-	(41.244)
Material	(19.840)	(17.463)	(2.377)
Serviços de terceiros	(30.496)	-	(30.496)
Depreciação e amortização	(14.722)	121.271	(135.993)
Outras despesas	(10.576)	144	(10.719)
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(116.878)</b>	<b>103.952</b>	<b>(220.830)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>681.715</b>	<b>88.392</b>	<b>593.323</b>
Despesas Financeiras Líquidas			
Renda de aplicação financeira	34.063	-	34.063
Encargos de dívidas	(153.649)	-	(153.649)
Variações monetárias	(4.150)	-	(4.150)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(877)	(333)	(544)
Juros sobre capital próprio	-	-	-
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(124.613)</b>	<b>(333)</b>	<b>(124.280)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>557.101</b>	<b>88.059</b>	<b>469.043</b>
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>557.101</b>	<b>88.059</b>	<b>469.043</b>
Imposto de renda e contribuição social	(128.472)	(28.500)	(99.972)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>428.629</b>	<b>59.559</b>	<b>369.071</b>



SEM AJUSTE IFRS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (R\$ Mil)	2010 Consolidado	2009 Consolidado	Var. % 2010/2009
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	807.536	764.559	5,6%
Operação e manutenção	-	-	
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	-	-	
Outras receitas operacionais	62.950	99.234	-36,6%
<b>Total da receita bruta</b>	<b>870.486</b>	<b>863.793</b>	<b>0,8%</b>
Deduções a receita operacional bruta	(56.333)	(55.585)	1,3%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>814.153</b>	<b>808.208</b>	<b>0,7%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(41.244)	(41.161)	0,2%
Material	(2.377)	(31.849)	-92,5%
Serviços de terceiros	(30.496)	(54.003)	-43,5%
Depreciação e amortização	(135.993)	(123.112)	10,5%
Outras despesas	(10.719)	(25.269)	-57,6%
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(220.830)</b>	<b>(275.394)</b>	<b>-19,8%</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>593.323</b>	<b>532.814</b>	<b>11,4%</b>
Despesas Financeiras Líquidas			
Renda de aplicação financeira	34.063	27.351	24,5%
Encargos de dívidas	(153.649)	(158.796)	-3,2%
Variações monetárias	(4.150)	28.795	-114,4%
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(544)	(4.284)	-87,3%
Juros sobre capital próprio	-	-	
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(124.280)</b>	<b>(106.935)</b>	<b>16,2%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>469.043</b>	<b>425.880</b>	<b>10,1%</b>
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	-	-	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>469.043</b>	<b>425.880</b>	<b>10,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(99.972)	(138.085)	-27,6%
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>369.071</b>	<b>287.795</b>	<b>28,2%</b>



SEM AJUSTE IFRS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (R\$ Mil)	4T10	3T10	Var. %
	Consolidado	Consolidado	4T10/3T10
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	204.988	205.801	-0,4%
Operação e manutenção	-	-	
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	-	-	
Outras receitas operacionais	16.109	17.192	-6,3%
<b>Total da receita bruta</b>	<b>221.096</b>	<b>222.993</b>	<b>-0,9%</b>
Deduções a receita operacional bruta	(14.125)	(14.438)	-2,2%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>206.971</b>	<b>208.554</b>	<b>-0,8%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(13.080)	(9.074)	44,1%
Material	(128)	(620)	-79,4%
Serviços de terceiros	(7.928)	(6.512)	21,7%
Depreciação e amortização	(32.666)	(34.483)	-5,3%
Outras despesas	(668)	(3.399)	-80,4%
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(54.470)</b>	<b>(54.089)</b>	<b>0,7%</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>152.502</b>	<b>154.465</b>	<b>-1,3%</b>
Despesas Financeiras Líquidas			
Renda de aplicação financeira	11.971	11.035	8,5%
Encargos de dívidas	(39.101)	(41.223)	-5,1%
Variações monetárias	(5.899)	4.755	-224,1%
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(986)	509	-293,6%
Juros sobre capital próprio	-	-	
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(34.015)</b>	<b>(24.924)</b>	<b>36,5%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>118.487</b>	<b>129.540</b>	<b>-8,5%</b>
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	-	-	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>118.487</b>	<b>129.540</b>	<b>-8,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social	12.522	(37.372)	-133,5%
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>131.009</b>	<b>92.168</b>	<b>42,1%</b>